

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER-CDDM
ATA 01º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao décimo primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze, horas e trinta minutos, do ano corrente, foi realizada virtualmente pelo google meet, uma reunião extraordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher — CDDM, estavam presentes, **Aldenira (Aldinha) Sena** chefe de gabinete da Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM, **Ana Paula Bastos de Oliveira** (SPM), **Valéria Peruna** (SPM), **Cândida Silva** (SPM), **Samêhy Pataxó – Helen Conceição dos Santos Soares** — AMIESB, **Carolina dos Santos Nunes** — CAJAVERDE, **Gildeane dos Santos Mota** — AMP, **Jéssica Lima Oliveira** — UBM, **Maria das Graças Rodrigues da Silva** — FABS, **Maria Otilia Soares** — UMVC, **Queila Patrícia Silva Santos** — UNEGRO, **Roseli de Oliveira Barbosa** — TAMOJUNTAS, **Tereza Cristina Bandeira** — CTB, **Millena Passos Almeida Silva** — SEPROMI, **Natália de Oliveira Gonçalves** — SETRE, **Olga Cristina Lima Sampaio** — SESAB, **Renata Luciana Cruz Sena** — SSP. **Aldinha Sena (SPM)**: inicia falando que a reunião será bem prática e objetiva então passa a fala para Ana Paula (SPM). Que começa relembrando as conselheiras que receberam o regimento com as indicações, com as mudanças sendo estas a separação da SJDHDS, que atualmente é SJDH e SEADES, a inclusão destas secretarias e da Secretaria de Relações Institucionais — SERIN sendo representada pela Coordenação de Juventude — COJUVE, e abriu espaço para esclarecer dúvidas aquelas que possuírem. **Carolina dos Santos Nunes** (CAJAVERDE): começou abordando dúvidas referentes a alguns trechos do documento enviado e em relação à proposta de incluir a SERIN com a COJUVE ampliando espaço para o poder público, mas, lembra que foi colocado como um combinado da secretária de que iria ampliar também a sociedade civil com a cadeira LBT, e que não concorda em que amplie cadeira para o poder público e não para o movimento LBT que é uma questão importante. **Aldinha Sena (SPM)**: reforça que já está no processo, já foi acordado a inclusão da cadeira LBT juntamente com a inclusão da cadeira para a SERIN e as outras duas secretarias desmembradas. Salienta que a pauta da reunião não é sobre o conteúdo dos textos e sim da inclusão do poder público, que essa pauta do conteúdo será para outro momento, e que gostaria de ouvir a fala das conselheiras sobre as propostas apresentadas anteriormente, que a cadeira LBT está aprovada e já vai ser brevemente incluída e sobre o desdobramento das secretarias e a inclusão da SERIN. Logo **Tereza Cristina Bandeira** (CTB) expôs sua opinião na questão institucional que concorda na necessidade da atualização sobre a SJDHDS que foi desdobrada e agora são SJDH e SEADES, e que é preciso avaliar o papel da presidência, o da Secretaria, se tratando da articulação entre as secretarias e que se for justificar a inclusão da SERIN com representação da juventude o CDDM já tem instituições da sociedade civil que representam a juventude então é uma situação delicada, e não considera importante a inclusão da SERIN e que desconhece como foi desdobrado essa necessidade ou obrigatoriedade e que é preciso dialogar sobre o protagonismo institucional que a Secretaria de Política para as Mulheres como articuladora das demandas do Conselho, porque no conselho como sociedade civil já tem eleitas duas instituições que representam a juventude e que se essa questão não está bem estabelecida é

preciso avaliar que movimento está sendo feito que o conselho não está contemplando esse grupo e que precisa ouvir dos institucionais como foi construído esse ponto, e o que é legítimo funciona na plenária, e objetivamente concorda com a resolução sobre a SJDH juntamente com a SEADES e a cadeira LBT, e que a questão da SERIN precisa ser melhor discutida. **Jéssica Lima Oliveira (UBM)**: perguntou se nesse primeiro momento está sendo tratado o desdobramento da secretaria SJDHDS. **Aldinha Sena (SPM)**: respondeu que é sim, sobre a eclosão dessa secretaria e da solicitação da SERIN com a inclusão da COJUVE a representando no Conselho, é uma política inclusiva uma contrapartida vista que a SPM já está inclusa no COJUVE, então a SERIN fez este pedido de uma cadeira no CDDM para a COJUVE. Em continuação ela explicou que existem secretarias que normatizam as ações da secretaria dentre estas são a Secretaria de Administração da Bahia — SAEB, a Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado — PGE. Essas mudanças não dependem da chefe de gabinete, nem da secretária ou do Conselho é uma normativa da escala maior acima da secretaria e o que é para ser tratado é a inclusão das secretarias no Conselho. **Natália de Oliveira Gonçalves (SETRE)** discorreu duas questões sendo a primeira sobre a SERIN, que realmente é importante e de acordo, que ela como secretaria do estado tenha representação no CDDM, mas, que não entendeu a necessidade de vincular no regimento a representação da SERIN com a Coordenação de Juventude porque a representação da secretaria é decisão do gabinete da própria secretaria, e que não se faz necessário alterar o texto para expor no regimento essa questão, a reforma administrativa não atribui a coordenação, status de secretaria então é a SERIN que compõe o Conselho. Assim logo em seguida, **Aldinha Sena (SPM)**: pôde esclarecer que foi do gabinete da SERIN que a solicitação da inclusão da COJUVE no Conselho foi enviada. **Natália de Oliveira Gonçalves (SETRE)**: acrescentou que mesmo assim essa informação não precisa contar no regimento do CDDM, e que discorda da proposta do texto que foi apresentada de pôr no texto do regimento esse vínculo, pois pode ser que numa futura mudança administrativa essa coordenação seja alocada em outra secretaria. Sua segunda questão foi de concordar com a eclosão da SJDHDS, sendo agora SJDH e SEADES com sua inclusão no conselho. Uma outra questão que ela colocou em pauta foi a informação que ela recebeu após uma reunião feita pela SERIN sobre o Conselho e que uma das tarefas da SERIN é a estruturação dos conselhos, sendo uma recomendação deles para conselhos consultivos como é o exemplo do CDDM que se atualize o Regimento a cada 5 anos, no entanto, é compreensível discutir as alterações que devem ser feitas agora a fins legais, porém que discorda da apresentação somente da ampliação do poder público e que agora está sendo protelado uma discussão necessária sobre o compromisso de ampliar também a sociedade civil com a cadeira LBT, e que não compreende em que momento essa pauta será discutida novamente senão agora. Assim **Aldinha Sena (SPM)**: esclarece novamente que a inclusão LBT está atualmente nessa mudança regimental e que nenhum momento foi dito que seria adiado. Natália pontua que questionou, pois não havia visto no texto apresentado, e que se desculpa porque se está entre as propostas essa questão ela não observou, e **Aldinha Sena (SPM)**: pontuou que está na planilha final das alterações que foram propostas no regimento do Conselho e que as modificações estão na última folha, e que esse documento já foi enviado, mas ela leu o trecho para as conselheiras contendo a informação que será discutida todas as alterações inclusive a cadeira LBT, na reunião agendada para o dia doze de junho de mesmo ano com a SAEB. **Carolina dos Santos Nunes (CAJAVERDE)**: recapitula sua

Carolina dos Santos Nunes

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

dúvida se o texto incluso no regimento do CDDM sobre a cadeira LBT estará também no da SPM. **Ana Paula Bastos de Oliveira (SPM)**: responde que sim, que como dialogado na última reunião do Conselho quando a solicitação foi feita uma versão do documento já estava sendo tramitada na SAEB, este documento que as Conselheiras leram, porém, a SAEB devolveu este documento e então a SPM incluiu a solicitação agora e será discutida sua breve inclusão na reunião agendada para o dia doze, sem mais questionamentos está claro que o Conselho acata essa questão e o que está descrito no regimento do Conselho estará igual ao da SPM. **Valéria Peruna (SPM)** reforça a fala de Ana Paula explicando detalhadamente que o documento com as alterações em azul foi o documento que tramitava na SAEB antes da solicitação da LBT ser feita, então retornando a SPM no documento foi inserido a solicitação da cadeira LBT, e apresentado na reunião com a SAEB. Em seguimento a reunião algumas conselheiras expõem suas dúvidas referentes as alterações, mas que já foram esclarecidas. Em resumo a fala apresentada pela Conselheira **Tereza Cristina Bandeira (CTB)**: o que foi discorrido da fala dita por Natália é que ela não havia compreendido que cabe somente ao gabinete da SERIN decidir quem os representa no Conselho, e que assim não poderia haver recusa do Conselho ao pedido deles de inserção da COJUVE no CDDM. **Aldinha Sena (spm)**: reforça o entendimento de tudo já dito anteriormente e descreve os objetivos que serão discorridos. Assim para registro da aprovação de todas presentes sobre as pautas apresentadas sinalizaram com uma opção na reunião feita virtualmente os votos unânimes. Segue registro:

2019 Peruna



Assim dando seguimento a reunião após a votação, **Aldinha Sena (SPM)**: passa a fala para Valéria Peruna com outra pauta importante. **Valéria Peruna (SPM)**: informa que na 3.ª Sessão Ordinária,

[Handwritten signatures and marks]

última feita pelo conselho foi discutido o PPA e formados grupos de trabalho entre as conselheiras divididos por eixos, sendo de responsabilidade das conselheiras fazer uma leitura uma análise mais completa das propostas atendidas pelas secretarias para por grupos trabalhar na próxima reunião alguma confirmação, documento acordando se validam as propostas se desejam fazer alterações, pois o PPA muda uma vez por ano e então no final do ano pode ser feita as solicitações para alteração. Uma vez que foi apresentado o plano de trabalho do governo, sendo o PPA, uma lei, é importante estabelecer como o conselho pode se organizar para cumprir as suas atribuições regimentais diante deste documento do estado, além disso, outras questões que as conselheiras considerem necessárias para orientação do seu trabalho junto as políticas públicas para as mulheres. Tendo o regimento em mãos, documento que diz tudo que compete ao Conselho pede que a partir dele as conselheiras discutam seu plano de ação, aprofundando o conhecimento do Conselho acerca dos temas que estão ali estabelecidos no PPA-P. Informou que já foi publicado a relação dos grupos e as participantes, e foi feito o pedido de quem não estava presente para se incluir em um grupo que melhor tenha identificação. Indagou se alguma conselheira possuía dúvidas, mas, não havendo considerou-se encerrada a reunião. Eu, Neurací Alves da Silva, subscrevi a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Salvador, 11 de junho de 2024

- Sociedade Civil

Samêhy Pataxó – Helen Conceição dos Santos Soares – AMIESB: Samêhy Pataxó

Carolina dos Santos Nunes – CAJAVERDE: _____

Gildeane Mota – AMP: Gildeane dos Santos Mota

Jéssica Lima Oliveira – UBM: _____

Maria das Graças Rodrigues da Silva – FABS: _____

Maria Otília Soares – UMVC: Maria Otília Soares

Queila Patrícia Silva Santos – UNEGRO: _____

Roseli de Oliveira Barbosa – TAMOJUNTAS: Roseli de Oliveira Barbosa

Tereza Cristina Bandeira – CTB: Tereza Cristina Bandeira

- Poder Público

Aldenira da Conceição Soares de Sena – SPM: _____

Ana Paula Bastos de Oliveira - SPM: Ana Paula Bastos de Oliveira

Valéria Peruna - SPM: Valéria Peruna

CDDM

CONSELHO ESTADUAL
DE DEFESA DOS DIREITOS

DA MULHER

Millena Passos Almeida Silva – SEPROMI:



GOVERNO DO ESTADO

BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Natália de Oliveira Gonçalves – SETRE:

Olga Cristina Lima Sampaio – SESAB:

Renata Luciana Cruz Sena – SSP:

Neurací Alves Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM